

# **DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL**

*CHALLENGES OF FAMILY FARMING: DEFICIENCIES AND DEVELOPMENT POTENTIAL IN RURAL SETTLEMENT LAGOA GRANDE IN DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL STATE*

*Adriana Rita SANGALLI<sup>1</sup>*

*Madalena Maria SCHLINDWEIN<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A criação de estratégias de subsistência para permanecer nos lotes de assentamentos rurais de reforma agrária, em terras pouco produtivas, distantes dos centros urbanos e carentes de infraestrutura de serviços básicos, tem sido um grande desafio para os agricultores familiares em todo o país e especialmente em Mato Grosso do Sul. Nesta perspectiva, este estudo procurou fazer uma análise da configuração demográfica e socioeconômica do assentamento rural Lagoa Grande, localizado no município de Dourados – MS, com o intuito de identificar fatores propulsores para o seu desenvolvimento. A metodologia utilizada constou de uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos moradores, tendo sido visitados todos os lotes do assentamento. Os resultados indicam alguns fatores negativos no assentamento Lagoa Grande. No entanto, destacam-se os fatores propulsores como o nível de satisfação com a vida no assentamento, a experiência dos assentados com as atividades agrícolas e pecuárias e a sua população, em grande parte jovem e estudando que, se incentivados por meio de políticas públicas adequadas, podem ser determinantes para a sobrevivência e o desenvolvimento das propriedades do assentamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento rural; políticas públicas; reforma agrária.

## **INTRODUÇÃO**

A agricultura ocupa um terço da superfície da terra, constituindo a principal atividade de grande parte da população mundial (BARBIERI, 2011). Conforme a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), o Brasil tem disponíveis 134 milhões de hectares de terras agricultáveis para produzir, dos quais 11,42 milhões de hectares estão no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, o estado possui em torno de 8,5% das terras brasileiras com possibilidade de produção agrícola (MS, 2009).

A utilização de terras para a produção de alimentos a fim de sanar a fome da população mundial, tem sido alvo de pesquisas e discussões em várias áreas acadêmicas. A Food and Agriculture Organization of the United Nations for a world without hunger (FAO, 2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da

<sup>1</sup> Contadora e Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: adrianarita@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Economista e Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. E-mail: madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

sociedade que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, para as futuras gerações. Para esta Organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso à terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Ao Estado compete analisar e implementar políticas agrícolas e de segurança alimentar que influenciem a ocupação da terra considerando a demografia, os movimentos populacionais e as áreas improdutivas. Além disso, melhorar as condições de manejo, produção e comercialização, as redes financeiras rurais, o acesso aos insumos, serviços agrícolas, mercados e às pesquisas (BARBIERI, 2011).

Muitos assentamentos são instalados em locais sem boas condições de solos, água e acesso ao mercado consumidor, tornando-se dependentes de políticas públicas para a fixação dos assentados. Para Valadares *et al.* (2011, p. 136), “É condição imprescindível à formação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, o aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo”. Somente com o acompanhamento e suporte do Estado, principalmente na divulgação e incentivo à participação das políticas públicas aos assentados, é possível proporcionar-lhes perspectiva futura e qualidade de vida em seus assentamentos.

Após conquistarem a terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto às organizações econômica e social nos assentamentos e em relação à sociedade como um todo. Muitas famílias, nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários e ainda a falta de crédito adequado, sementes e orientação técnica, tornam impossível a sobrevivência das famílias isoladas (VALADARES *et al.*, 2011).

Neste sentido, este estudo tem por objetivo caracterizar e analisar os fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul, com base na identificação dos pontos fortes, potencialidades e deficiências.

Como método para realizar este estudo e coletar os dados necessários à sua execução, optou-se, além de uma ampla pesquisa de revisão de literatura realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros, por duas formas de pesquisa (documental e de campo).

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Lagoa Grande, um projeto de assentamento federal (PA), criado pela Portaria INCRA n. 52, de 06 de novembro de 1997, por meio da desapropriação, via Decreto presidencial (INCRA,

2011). Está localizado às margens da Rodovia Dourados-Itahum, a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, no município de Dourados, MS e conta com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 ha.

A população foi estudada por meio de um censo realizado no assentamento Lagoa Grande. Conforme Vieira (2009, p. 16), “Denomina-se censo o conjunto de dados obtidos por meio de recenseamento. Os censos demográficos descrevem as características da população”.

Para a realização do censo no assentamento Lagoa Grande, foram realizadas visitas de março a dezembro de 2012, onde foram aplicados questionários socioeconômicos. Foram visitados 151 lotes do, no entanto, foi possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 89 propriedades (58,9%). Nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários, ocorreram no mínimo duas visitas, em diferentes datas, na tentativa de obter êxito.

Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas eletronicamente utilizando-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Posteriormente, foi realizada a análise dos dados obtidos. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se ainda, técnicas de análise tabular e gráfica.

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

A agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

Guilhoto (2005) observa que, assim como no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos, os agricultores familiares também são dependentes de apoio governamental. Para sobreviverem e se desenvolverem necessitam de políticas de crédito e pesquisas agropecuárias direcionadas aos sistemas de menor escala, assistência técnica, acesso à terra.

De acordo com Manzanal e Schneider (2011, p.51), “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Os autores apontam três principais fatores que levaram a este avanço: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Lei da Agricultura Familiar, ambos em 2006.

Para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2012), a agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40,0% da produção agrícola. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda dos pequenos lotes. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

A agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, principalmente em relação à escassez de terra, à falta de assistência técnica e à insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores limitam o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo (SOUZA *et al.*, 2011). Esses obstáculos são ainda mais evidentes nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Neste sentido, os obstáculos podem ser superados a partir de um sistema de reforma agrária onde os projetos contemplem a observação dos fatores que afetam o desenvolvimento das famílias assentadas, como: a fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão, armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias, sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso aos serviços básicos (educação, saúde e moradia). A interação entre estes fatores é determinante no desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (BITTENCOURT, 1998).

Para Carmo e Comitre (2011, p. 450), “A potencialidade técnica dos agricultores familiares em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto aos agricultores nas suas regiões produtoras”. Na maioria das vezes, quando o Estado não disponibiliza ou dificulta o acesso às políticas agrícolas, o agricultor familiar busca auxílio com os grandes produtores de suas região, com os quais em geral conhece por já ter trabalhado ou prestar serviços nos períodos de plantio ou colheita. Essa interação é essencial para a continuidade do pequeno agricultor no meio rural e também possibilita o conhecimento de algumas tecnologias que ele pode aplicar em sua propriedade.

Na abordagem de Guilhoto *et al.* (2005), parte dos agricultores familiares está mais inserida na lógica de inovação tecnológica, os quais, possivelmente ampliarão a sua estrutura produtiva, comprando ativos daqueles que se retiram da atividade. Uma grande parte dessa massa só conseguirá progredir por meio da pluriatividade, diversificando as suas atividades para que a renda familiar não dependa exclusivamente da produção agropecuária. Neste contexto, figuram os assentamentos de reforma agrária. Pensados a partir da agricultura familiar, resultantes de um processo social e econômico com possibilidades de desenvolvimento rural, porém com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviverem e progredirem.

## **ASSENTAMENTOS RURAIS, POLÍTICA AGRÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA**

O termo assentamento surgiu inicialmente no vocabulário jurídico e sociológico da reforma agrária da Venezuela em 1960, difundindo-se para outros países. Pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Para Bergamasco (1997), a discussão da reforma agrária no Brasil tem sido constante desde a década de 1950, quando aparecia como solução para as questões nacionais. O golpe militar de 1964 apenas institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra apenas respaldou o longo processo de colonização, principalmente na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul do país. Neste aspecto, Hoffmann e Ney (2010) observam que a criação de pequenos lotes rurais por intermédio do programa de reforma agrária contribui para a redução da concentração de terras.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) utiliza diversos procedimentos para a obtenção de terras para a reforma agrária. As desapropriações contemplam o maior número de assentamentos (53% das famílias assentadas). As áreas públicas estaduais e federais provenientes de reconhecimento, arrecadação e discriminação, correspondem a 64% do total das áreas com projetos de assentamentos. A compra e venda foi responsável pela constituição de 918 projetos de assentamentos em 2,6 milhões de ha, sendo essa modalidade realizada em menor proporção, tendo apresentado maior crescimento no período de 2007 a 2010 (IPEA, 2011).

O estado de Mato Grosso do Sul, possui 203 projetos de assentamentos rurais federais, onde residem um total de 43.174 famílias, em uma área de 697.688 hectares. Estes assentamentos estão presentes em 54 dos 78 municípios do estado (INCRA, 2012). De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2011), no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foram criados, no ano de 1997, dois assentamentos rurais, denominados: Lagoa Grande, com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 hectares; e, Amparo, com 67 lotes distribuídos em uma área de 1.126,8933 hectares.

Para Bergamasco (1997), o acesso à terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para a família para o autoconsumo. Dessa forma, para serem bem sucedidos, os projetos de assentamentos rurais necessitam de planejamento e estruturação em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de

valor e comercialização. Condições essas, que muitas vezes não são contempladas ou apenas parcialmente aplicadas nos projetos já implantados.

Uma reforma agrária bem estruturada poderia solucionar muitos problemas sociais do país, diminuindo a pobreza da zona urbana, gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico para o campo e para as cidades. Leite (2007, p. 4) observa que “A reforma agrária constitui-se, seguramente, num dos principais mecanismos de política com amplo grau de cobertura e baixo custo de realização”. Contrariando essa perspectiva, verifica-se que desde que se iniciaram os projetos de assentamentos, estes tem funcionado como um mero paliativo para amenizar conflitos a fim de atender determinados grupos políticos.

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam famílias assentadas a tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade, no entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações ou outras formas de interação, o que não é muito comum de ser constatado nos assentamentos (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

Neste sentido, Tarsitano *et al.* (2011) destacam o papel dos técnicos na socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em Associações, Cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza.

O desenvolvimento do capitalismo no campo impôs aos trabalhadores rurais brasileiros, uma lógica na qual a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares. Para tanto, é necessária a articulação com a economia de mercado a fim de elaborar alternativas de sobrevivência para que os trabalhadores rurais com pequenos lotes de terra e produção em pequena escala, possam ter níveis de produtividade e produção agrícola competitivos (LAZZARETTI, 2003).

Em muitos casos, principalmente nos assentamentos onde as terras são poucas produtivas, visto que eram grandes propriedades de monocultura ou criação extensiva de gado antes de serem desapropriadas, requerem investimentos na melhoria do solo que raramente o assentado dispõe. Dessa forma, torna-se necessário o apoio governamental não somente para a melhoria do solo e da produtividade, mas também para a sua inserção no mercado. Na falta de um associativismo ou cooperativismo que possa oferecer este apoio, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Agricultura pode elaborar políticas locais que ofereçam sustentação aos assentados na articulação com a economia local, seja por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar ou o Programa de Aquisição de Alimentos e ainda, construção de espaços de comercialização entre outras ações.

Ao longo dos últimos anos, o sistema intensivo de uso da terra propagado pela revolução verde desde a década de 1960, alavancou a produtividade do estado de MS tornando-o um grande consumidor de recursos não renováveis, conforme constatam Daniel *et al.* (2008). Segundo os autores, esse modelo foi intensamente explorado na microrregião de Dourados, com solos que favoreceram a intensa mecanização e o escoamento da produção facilitado, o que resultou na exploração desenfreada dos recursos naturais, sem a preocupação com o meio ambiente.

Vários estudos identificam a importância do acompanhamento de assistência técnica para o desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente devido à precariedade dos solos em muitos assentamentos. Castro *et al.* (2010), buscando caracterizar a atividade leiteira no assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS, detectaram, a partir de indicações dos assentados, a predominância de pastagens degradadas e falta de acompanhamento técnico qualificado e em quantidade adequada, fatores que limitam o desenvolvimento da atividade leiteira no assentamento.

Verifica-se, portanto, a necessidade de um maior empenho por parte do Estado, para que haja um planejamento adequado na criação dos projetos de assentamentos e na sua estruturação. Para tanto, tornam-se necessários levantamentos em relação à fertilidade do solo, acesso ao mercado consumidor e disponibilidade de serviços de saúde e educação próximos ou mesmo nestes locais, a fim de proporcionar qualidade de vida mínima aos assentados.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O modelo atual de desenvolvimento econômico tem sua base em variáveis pouco eficazes para proporcionarem um crescimento socialmente justo e bem distribuído territorialmente (LIMA FILHO, 2011). Para Sen (2000), o desenvolvimento acontece à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito de liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser aumentadas pelas políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais. Nesse sentido, Leite (2007) observa que a reforma agrária poderia ser um processo estratégico para o desenvolvimento econômico e social sustentável, que transforma o meio rural e viabiliza a expansão das capacidades dos trabalhadores rurais sem-terra. O alto nível de concentração econômica e fundiária impede a promoção da justiça social e resulta em muitas pessoas à margem da cidadania.

A redistribuição de terras e o assentamento de colonos eleva a oferta de alimentos e matérias primas para o meio urbano, no entanto não se trata de um único mecanismo que reduz a pobreza no meio rural. É imprescindível a adoção de medidas complementares, como o crédito, a extensão rural e a melhoria da infraestrutura (SOUZA, 2009).

Bittencourt *et al.* (1998) destacam fatores que potencializaram o desenvolvimento de alguns assentados, como: área com melhor fertilidade, relevo, água, etc.; possuir capital inicial acima da média dos demais assentados; capacidade administrativa, de planejamento e de melhor utilização do crédito agrícola; maior dedicação e trabalho de algumas famílias; escolha de sistemas de produção com mais lucratividade; experiência anterior e capacitação. Como fatores que restringiram o desenvolvimento socioeconômico de alguns assentados, os autores destacam: solos fracos e falta de acesso à água para irrigação ou para o consumo dos animais; ausência de capital inicial ou abaixo da média; crédito agrícola mal utilizado; ausência de estradas até o lote ou sem condições de escoamento da produção; falta de experiência e de capacitação e doenças na família, que diminuíram a força de trabalho e aumentaram os gastos.

As políticas públicas para orientação dos sistemas produtivos nos assentamentos deveriam ser direcionadas e sustentadas nos seguintes eixos: fomento, extensão rural qualificada e em quantidade suficiente, investimento/logística e segurança alimentar, dessa forma podem conduzir a um processo de desenvolvimento econômico democrático, com a participação dos assentados e suas organizações (SILVA, 2012). Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico dos assentamentos, via capacitação dos produtores, propondo alternativas sustentáveis e viáveis economicamente, conforme as especificidades locais.

De acordo com Souza *et al.* (2011, p. 106), “No passado, os instrumentos de política agrícola e, em particular, a política de crédito rural relegaram a um segundo plano a agricultura familiar”. Os autores observam que, atualmente, a operacionalização da política de financiamento do PRONAF vem sendo abordada por diversos autores em relação à baixa abrangência do programa, a concentração dos recursos em determinadas regiões e entre agricultores mais capitalizados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo artigo 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, visando incentivar a agricultura familiar, com ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social, a legislação dispensa licitação na aquisição de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores enquadrados no PRONAF, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (BRASIL, 2012b).

A criação do PAA foi um marco na política agrícola brasileira. O Estado passou a participar do processo de comercialização da produção familiar em pequena escala, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos e proporcionando segurança e incentivo à produção a agricultores de base familiar (FUSCALDI, 2010).

Do ponto de vista de Ananias (2009, p. 96), “A diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive os oriundos da



agrobiodiversidade brasileira, permite aproximar a produção e o consumo, barateando os custos”. Para o autor, estas variáveis estimulam e resgatam produtos da culinária regional.

Verifica-se que o PAA tem um papel social de extrema importância no combate à pobreza, tanto no campo como na cidade. Trata-se de uma política pública que proporciona o fortalecimento e valorização da agricultura familiar regional, influenciando diretamente na permanência do agricultor no campo. O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos, bem como, força a união entre os pequenos produtores via associativismo ou cooperativismo, necessários para a comercialização dos produtos.

Também de grande importância para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que conforme o Ministério da Educação, foi criado para estimular alimentação escolar dos alunos matriculados na educação básica em escolas públicas e filantrópicas, cujo objetivo é de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Para tanto, desenvolve ações de educação alimentar e nutricional com oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2012a).

Hendges (2010) observa que o PNAE estimula as economias locais, possibilitando a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares com maiores alternativas de comercialização. Os alunos das escolas públicas ganham alimentos mais saudáveis, pois são da época da safra e das culturas regionais. O programa além de fomentar a cadeia local, diminui a necessidade de armazenamento, industrialização e transportes distantes. Dessa forma, verifica-se que o PNAE é mais uma política pública que pode contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar.

Observa-se que as políticas criadas recentemente pouco contribuíram para o avanço da agricultura familiar, principalmente devido à falta de conhecimento dos agricultores menos capitalizados e a burocracia para o acesso às mesmas.

A seguir serão abordados os resultados e as discussões referentes ao perfil demográfico e socioeconômico dos assentados, as características dos lotes, atividades produtivas e fontes de renda no assentamento.

## PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NO ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistados 89 chefes de família ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, sendo 55,1% do sexo masculino e 44,9% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 14 a 85 anos, sendo que 30,3% encontram-se na faixa de idade entre 41 a 50 anos. Até 40 anos, destacam-se 25,8% e com mais que 50 anos, totalizam 54%. A média de idade dos demais membros familiares, que totalizam um grupo de 213 assentados é de 20,3 anos.

Verifica-se que o assentamento é composto de uma população jovem, onde se destaca a faixa etária de 11 a 20 anos, com 18,5% da população, e a faixa de 0 a 10 anos, com 9,9%, que juntos somam 28,4%. Sendo que, 39% da população possuem até 30 anos de idade. Esta característica é muito importante para o futuro do assentamento e aponta a necessidade de políticas públicas que envolvam a participação destes jovens, principalmente para conscientizá-los quanto ao papel deles no desenvolvimento do assentamento.

Quanto à origem, a maioria dos chefes de família ou cônjuges, (42,7%) nasceram em Mato Grosso do Sul, 15,7% no Paraná, 15,7% em São Paulo e os demais (25,9%), com menor representatividade, em outros oito estados brasileiros. A maioria dos entrevistados são casados (77,5%), e 53,9% não possuem nenhum plano de saúde. As famílias são compostas em média por três membros (30,3%), variando de um a sete, sendo que, a maioria (78,7%), são compostas por até quatro membros.

No que se refere à escolaridade, o nível é baixo, sendo que a maioria dos chefes de família ou responsáveis pelo domicílio (43,9%) possui apenas educação infantil incompleta (1º ao 5º ano), seguidos de 14% com ensino fundamental incompleto (6º ao 9º ano). Estas faixas também se destacam em relação aos demais membros familiares, com 30,1% com educação infantil incompleta, seguido do ensino fundamental incompleto, com 24,9%.

Observou-se durante as entrevistas, que as famílias incentivam seus filhos a estudarem. Entre os membros menores de 18 anos, em idade escolar, apenas um estava fora da escola. O número de universitários entre a população é pequeno (5,8%), desmotivado pelas dificuldades de transporte, tendo em vista que o ônibus municipal, que conduz os estudantes do assentamento para a Itahum (vila mais próxima), não transporta universitários. Estes jovens, que na maioria estudam no período noturno, se deslocam por conta própria até Itahum, onde um ônibus fretado os leva para as universidades, em Dourados. Este fato pode ser determinante para a saída dos jovens do assentamento no intuito de continuarem estudando e buscarem melhores oportunidades no futuro. Essa realidade vai contra as necessidades da agricultura familiar, que é de manter a família no campo para o desenvolvimento das atividades (BITTENCOURT, 1998).

Em termos de tempo de experiência de trabalho no meio rural, antes do assentamento, a maioria (71,9%) trabalhou somente no meio rural durante sua vida e, apenas 8,9% tinha experiência inferior a 15 anos no campo, sendo que o menor tempo de experiência observado foi de 3 anos. A principal ocupação exercida pelos assentados na atividade rural antes do assentamento foi a de empregado de fazenda (46,1%).

#### CARACTERÍSTICAS DOS LOTES, ATIVIDADES PRODUTIVAS E FONTES DE RENDA

Dos entrevistados, 94,4% responderam que são proprietários do lote enquanto que 5,6% responderam que não são. Entre os respondentes, 67,4% são originários do INCRA e 32,6% por aquisição de terceiros. Quanto ao ano de aquisição dos lotes, 50,6% são os primeiros proprietários, desde 1997. Verificou-se que nenhum assentado entrevistado possui documento de titularidade do lote, eles possuem apenas um documento denominado Carta de Anuência, a qual designa o lote em nome do assentado.

A área de cada lote do assentamento varia de 17 a 90 hectares, os quais possuem em média 25,9 ha, sendo que, a maioria (21,3%) possui 20 ha. Apenas cinco lotes (5,6%) possuem mais que 30 ha. Esta divergência nos tamanhos deve-se às áreas de preservação permanente que são muito mais extensas em alguns lotes, os quais são compensados em maior área total.

A área média plantada é de 9,9 ha, variando entre 0,5 e 27 ha entre os lotes. A área preservada varia de 0,5 e 15 ha, sendo em média 4,6 ha por lote. A área preservada na maioria dos lotes (19,4%) é de 2 ha, variando de 0,5 a 15 ha nos demais lotes. A área da sede de cada lote tem em média 1,9 ha, variando de 0,5 a 2 ha, sendo que a maioria (67,5%) tem até 0,5 ha.

Em 34,8% dos lotes há nascente ou córrego. A área de preservação permanente (APP) está presente em 44,2% dos lotes. Quanto à reserva legal, está presente em 55,2% dos lotes, sendo que, 44,8% não possuem reserva legal. A maioria não soube responder a porcentagem em relação à área necessária. Dos que responderam, a área média preservada variou de 1% a 40%, ficando em média 17,6 ha, sendo que a maioria disse preservar 20% do lote. Para recuperar a reserva legal, a maioria planta árvores.

As atividades produtivas para geração de renda no assentamento são pouco diversificadas, destacando-se, conforme a Figura 1, a criação de gado leiteiro (66%), gado de corte (14,5%), lavoura de soja/milho (5,6%), lavoura de mandioca (4,5%) e, o cultivo de eucalipto (4,5%), uma atividade recente em expansão. As demais rendas (4,9%) são compostas, da venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanato (1,5%), que são vendidos conforme a necessidade. O predomínio da pecuária leiteira no assentamento Lagoa Grande também foi identificado no estudo de Castro *et al.* (2010). A necessidade de maior diversificação

produtiva também foi detectada no estudo de Santos (2009) que destaca a eficiência produtiva para elevar a renda média e reduzir o êxodo rural.

Muitos cultivos ou criações são apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, produção de ovos e o plantio de mandioca e cana-de-açúcar (esta última especificamente para alimentação do gado). Nesta ótica, Bittencourt (2008) e Silva (2011) observam o dilema enfrentado nos assentamentos a fim de converter seus sistemas de produção e torná-los viáveis para o autoconsumo e a geração de renda.

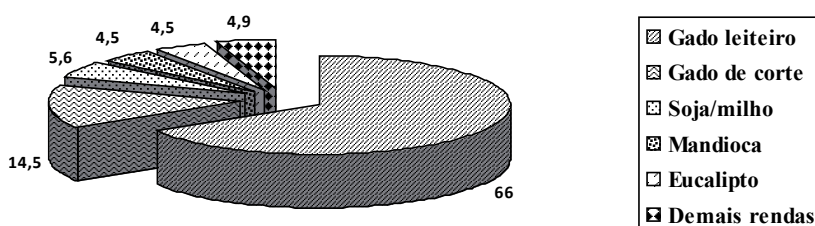


Figura 1 – Representatividade das principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no assentamento Lagoa Grande

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

O escoamento da produção é feito de diversas formas, sendo que a maioria utiliza motocicleta (25,9%) seguido de carro (18,5%), venda direta no lote (18,5%), caminhão de frigorífico ou armazém (14,8%), carroça (11,1%), ônibus (6,2%), resfriador instalado no lote (3,7%) e bicicleta (1,2%). A produção é armazenada principalmente nos resfriadores (63,1%) no caso do leite, 24,6% no lote e 12,3% em armazém ou depósito.

Entre os fatores necessários para melhorar a produção nos lotes, agregar valor aos produtos e facilitar a comercialização, respectivamente, destacam-se a adubação e a reforma de pastagem (44,8%), o preço do leite ser tabelado (26,3%) e a melhoria do preço do leite (15,0). A maioria dos assentados relataram que o solo do assentamento é fraco e que para torná-lo adequadamente produtivo são necessários investimentos para correção do solo, maquinário (principalmente trator) e novas variedades de pastagens. A baixa qualidade do solo nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul são destacadas nos estudos de Lamas *et al.* (2000).

A participação no PNAE também poderia trazer mais segurança aos produtores de leite, já que nesta modalidade o preço é fixo e melhor remunerado. O PNAE estimula

a economia local, possibilita a diversificação produtiva, o aumento de renda e amplia as alternativas de comercialização (HENDGES, 2010).

A maioria dos assentados (52,9%) conhecem apenas o PRONAF, do qual participaram ou ainda estão vinculados; não conhecem os demais programas governamentais para a agricultura familiar. Os outros programas que os assentados participaram são: PNAE, PAA Leite, PGPAF e bolsa estiagem. Os motivos pelos quais eles não participam destes programas são, principalmente, pela falta de conhecimento (30,2%) ou porque as informações não chegam até eles. Dos entrevistados que já participaram, 68,2% responderam que não há acompanhamento dos órgãos governamentais após o ingresso nos programas ou, em alguns casos, ocorre apenas na fase inicial pela AGRAER ou pelo Banco do Brasil.

As fontes de renda da população do assentamento Lagoa Grande são compostas da renda do lote e da renda complementar. A maioria dos entrevistados (41,6%) obtém renda do lote inferior a um salário mínimo. Apenas 6,7% obtém renda do lote superior a três salários mínimos. A renda complementar faz parte de 75,3% das famílias do assentamento, que em 34,3% dos casos, gira em torno de um salário mínimo.

A assistência técnica por parte da agência de extensão rural do estado é precária no assentamento Lagoa Grande, apenas 18,8% disseram receber visita de técnicos. Destes, 1,1% recebe assistência particular e o restante da AGRAER, dos quais, 68,7% declaram ser boa, 12,5% consideram a assistência regular, 12,5% ruim e 6,3% ótima.

Entre os problemas que poderiam ser solucionados ou amenizados com o acompanhamento de assistência técnica de acordo com a necessidade no assentamento, as principais respostas foram: melhoria da produtividade (30,6%), orientação para a melhoria do solo e qualidade das pastagens (20,4%), análise e correção do solo (12,2%), aprendizado de novas técnicas (10,2%).

Destaca-se que a assistência técnica poderia melhorar consideravelmente a situação de muitos lotes no assentamento, por meio de orientações especializadas (principalmente por agrônomos e veterinários) e informações sobre alternativas adequadas às características do lote, bem como sobre os programas sociais, nos quais os assentados poderiam participar, que em geral desconhecem ou são carentes de informações. Neste sentido, observa-se o enfoque de Tarsitano *et al.* (2011), o qual ressalta a importância da divulgação de tecnologias por profissionais capacitados, principalmente nas associações e cooperativas. Essas políticas devem ser direcionadas ao atendimento de diferentes realidades nas famílias de assentados, de acordo com Bergamasco (1997), Carmo e Comitre (2011) e Bambil e Vilpoux (2011) por meio de transferência de tecnologias de baixo custo, conforme sugerem Crevelin e Scalco (2007) e Coelho (2012).

Em relação ao associativismo, o assentamento Lagoa Grande possui duas associações, sendo a associação de moradores do assentamento, da qual participam 66,3% dos entrevistados e a Associação Sabores do Cerrado, criada em 2012, da qual participam 5,6% dos entrevistados, que também participam da associação de moradores. A maioria dos associados (30,3%) da associação de moradores do assentamento participam desde o início da sua fundação (15 anos). Quanto ao atendimento das expectativas, apenas 41,4% disseram que a associação de moradores atende as suas expectativas, sendo o principal motivo a falta de ação do presidente da associação (50,0%). Para fortalecê-la a maioria considera que seria necessária a união e participação dos associados (26,5%).

Na Tabela 1 estão relacionadas ações que as pessoas da comunidade podem fazer para ajudar a minimizar as dificuldades, conforme as respostas dos entrevistados. Salienta-se que a maior dificuldade apontada pelos assentados, com 20,2% das respostas, engloba as péssimas condições das estradas do assentamento, a falta de maquinário para as atividades agrícolas (principalmente trator e colheitadeira) e a quase inexistência de assistência técnica.

A baixa qualidade da pastagem é a segunda maior dificuldade dos assentados, com 13,5%, fato que prejudica a produtividade e qualidade do leite e a engorda do gado de corte. Observa-se que, apenas 7,9% dos entrevistados consideram que não há dificuldades nas suas atividades do dia-a-dia no assentamento.

Tabela 1 – Dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande e ações que podem ser realizadas pelas pessoas da comunidade para diminuí-las (valores em percentuais).

| Dificuldades enfrentadas nos lotes   |      | O que as pessoas da comunidade podem fazer para ajudar a diminuir as dificuldades          |      |
|--|------|--|------|
| Respostas  | (%)  | Respostas  | (%)  |
| Estradas ruins, falta de maquinário e de assistência técnica                 | 20,2 | Moradores se unirem, participarem da associação e terem atitude para resolver os problemas | 63,0 |
| Pastagem de baixa qualidade  | 13,5 | Associados pagarem a mensalidade em dia e buscar ajuda no INCRA                            | 14,8 |
| Estradas ruins e falta de transporte municipal para universitários (noturno) | 10,1 | Ter uma liderança atuante na associação  | 7,4  |
| Estradas e ponte em péssimas condições                                       | 7,9  | Montar uma cooperativa   | 7,4  |
| Falta de recursos financeiros para investir no lote                          | 7,9  | A associação ter maquinário para empréstimo  | 3,7  |
|  |      | Buscar incentivo e auxílio do governo  | 3,7  |

|  |     |
|--|-----|
| Necessidade de financiamentos menos burocráticos     | 5,6 |
| Falta de incentivo do governo para se manter no lote | 5,6 |
| Falta de transporte, assistência técnica e médica    | 5,6 |
| Solo necessitando de adubação e baixa produtividade  | 4,5 |
| Necessidade de financiamento para correção do solo   | 3,4 |
| Falta de uma cooperativa no assentamento             | 3,4 |
| Falta de interação entre os assentados               | 2,2 |
| Preço do leite muito baixo                           | 2,2 |
| Não tem dificuldades                                 | 7,9 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as ações que a comunidade poderia fazer para ajudar a diminuir estas dificuldades, destaca-se com 63,0%, a união e participação dos moradores na associação e o empenho para resolução dos problemas. Esses resultados inserem-se nas abordagens de Souza *et al.* (2011) que apontam os obstáculos que limitam o desenvolvimento dos assentamentos e de Valadares *et al.* (2011) que destacam a necessidade da formação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, através do acompanhamento e suporte do Estado, a fim de proporcionar perspectiva futura e qualidade de vida nos assentamentos.

Questionados sobre a satisfação com a vida no assentamento, 94,3% responderam estar satisfeitos e apenas 5,7% não estavam satisfeitos. O percentual dos níveis de satisfação dos pesquisados é demonstrado na Figura 2, onde observa-se que a maioria dos agricultores (44,3%) estão satisfeitos e muito satisfeitos (35,2%) com a vida no assentamento.

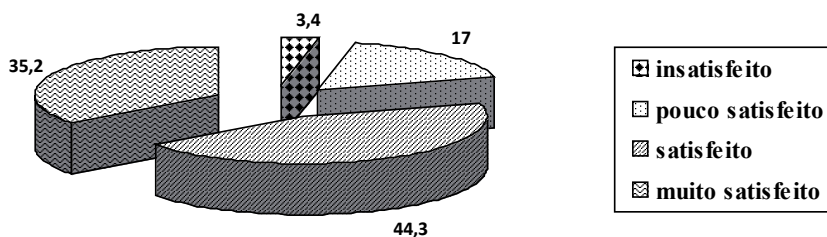


Figura 2 – Níveis de satisfação dos assentados com a vida no assentamento Lagoa Grande  
 Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Os assentados também opinaram sobre as condições de vida no assentamento, com críticas e sugestões para a melhoria, as quais estão relacionadas na Tabela 2, por ordem de prioridade. Destaca-se que apenas quatro entrevistados (4,6%) não fizeram nenhuma crítica ou sugestão.

Verifica-se, conforme Tabela 2, que a melhoria das estradas e a reforma da ponte estão nos primeiros lugares nas críticas e sugestões dos assentados, considerando a importância delas para o escoamento da produção e transporte da população que lá reside. O acesso para a maioria dos lotes necessita de passagem pela ponte de madeira, a qual está em condições precárias. Conforme os entrevistados existem promessas políticas de construção de uma ponte de concreto, que já foram renovadas por várias eleições e ainda não se concretizaram.

Outra grande necessidade para a saúde da população do assentamento é a melhoria das condições de atendimento do único Posto de Saúde da vila (Itahum), próxima ao assentamento. Conforme os entrevistados, muitas vezes não tem médico ou quando tem, fica difícil conseguir atendimento. O Posto só abre de segunda à sexta no período diurno e não tem uma ambulância para o caso de emergências. No período noturno, nos finais de semana e feriados, a população tem que recorrer ao atendimento na cidade de Dourados e quem não tem veículo, solicita auxílio aos vizinhos. Esta é uma situação preocupante para os assentados, tendo em vista o grande número de idosos e crianças residentes no assentamento. Verifica-se a necessidade de políticas não-agrícolas que impulsionem o desenvolvimento rural no assentamento, destacadas por Silva (2002).



Tabela 2 – Críticas e sugestões para a melhoria das condições de vida do assentamento Lagoa Grande, apontadas pelos assentados por ordem de prioridade

| Ordem de prioridade | Críticas e Sugestões   |
|---------------------|--|
|                     | Melhoria das estradas<br>Reforma da ponte<br>Melhoria no atendimento do Posto de Saúde (Itahum) e necessidade de uma ambulância<br>Incentivo do governo para permanência no lote<br>Titulação definitiva<br>Incentivo para participação nos programas PAA , PNAE e outros<br>Falta de assistência técnica<br>Ter ônibus diariamente no assentamento<br>Mais união entre os moradores<br>Financiamentos para compra de gado<br>Financiamentos menos burocráticos para correção do solo<br>Organização da associação e resgate da credibilidade<br>Reajuste do preço do leite<br>Recebimento do material de construção (restante ou integral)<br>Recursos financeiros para manutenção do lote<br>Incentivo à produção orgânica<br>Trator com grade niveladora via associação, para atender a todos os moradores<br>Privilégios de alguns assentados na aplicação de recursos de projetos via associação<br>Diversificação da produção (incentivo à piscicultura)<br>Regularização das dívidas dos avalistas<br>Transporte municipal para universitários do assentamento para Itahum<br>Cursos de capacitação na área da produção de leite<br>Que todas as pessoas que tem lotes residissem no assentamento |

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos dados apresentados, constatam-se alguns fatores que servem de estímulo e outros que limitam ou dificultam a permanência dos assentados em seus lotes, conforme Tabela 3, os quais interferem diretamente no futuro e no desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande.

Entre os fatores propulsores, observou-se que os assentados, embora muito carentes de informações em sua maioria, são receptivos e necessitados de informações técnicas para o melhor desempenho de suas atividades. Destaca-se, que os projetos das instituições públicas presentes no assentamento, devem observar a experiência dos assentados no meio rural e a população jovem frequentando escolas e universidades, a fim de motivá-los na continuidade em seus lotes. O nível de satisfação é fator muito importante para potencializar o desenvolvimento no assentamento, tendo em vista, a

constatação de que a maioria dos assentados, inclusive os que residem em lotes pouco produtivos, estão satisfeitos com a vida no assentamento.

Tabela 3 – Fatores que limitam e que potencializam o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande

| Fatores propulsores   | Fatores limitantes  |
|---|---|
| População jovem e frequentando escola ou universidade;<br>Experiência dos assentados no campo;<br><br>Incentivo de instituições públicas e privadas em projetos (UFGD, SEBRAE, EMBRAPA);<br>Adoção de práticas de preservação ambiental (solo, biodiversidade, água e ar);<br>Nível de satisfação com a vida no assentamento elevado. | Muitos lotes com solos degradados que ocasionam baixa produtividade;<br>Infraestrutura precária (estradas, ponte, saúde e transporte);<br>Assistência técnica precária ou inexistente por parte do estado;<br>Pouca participação dos assentados na associação de moradores (descrédito);<br>Associação pouco atuante no assentamento; |

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os fatores limitantes ao desenvolvimento do assentamento, destaca-se o papel da associação de moradores, cuja falta de atuação da mesma no assentamento foi uma das grandes reclamações apontadas pelos assentados. É importante destacar que a associação deveria ser um elo de ligação, dos assentados com as instituições públicas, fazendo parcerias, informando e motivando os assentados a participarem de projetos e programas de geração de renda, bem como, contribuir para minimizar ou extinguir os demais fatores limitantes destacados na Tabela 3. Por outro lado, alguns assentados se declararam pouco participativos e conscientes de que deveriam ser mais unidos e atuantes em prol da associação.

Diante dos dados apresentados, insere-se a abordagem de Lamas *et al.* (2000), que em pesquisa em outros onze assentamentos do estado, contatou a necessidade de conscientização por parte dos assentados para uma maior organização e atuação em suas associações. Observa-se que o fortalecimento da associação e o resgate da credibilidade pelos assentados nesta entidade, poderiam proporcionar perspectivas futuras de seus lotes e do assentamento como um todo e assim caminhar para o desenvolvimento econômico e social do assentamento Lagoa Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa realizada no assentamento Lagoa Grande apontam muitas deficiências que limitam as condições de vida das famílias em seus lotes e consequentemente o desenvolvimento do assentamento. Acredita-se que seja preciso romper a barreira do individualismo e da dependência do Estado. A maioria dos

assentados não tem a percepção de que unidos em associações ou cooperativas teriam mais força para sanar as dificuldades lá encontradas (solo fraco, pastagens de baixa qualidade, falta de assistência técnica, estradas e ponte em estado precário, dificuldade de transporte, maquinários e de acesso à mercado consumidor e à serviços de saúde, financiamentos, entre outros).

O potencial do assentamento Lagoa Grande está na sua população, que em grande parte é jovem, está na escola e precisa de incentivo (principalmente de infraestrutura) para continuar seus estudos, além de políticas públicas que os motive a continuarem colaborando com suas famílias. Neste sentido, os cursos de extensão rural que envolvam o uso de tecnologias no campo, com enfoque nas atividades produtivas do assentamento, poderiam despertar o interesse dos jovens e sem dúvida, ser de grande valia para as propriedades.

A eficiência produtiva dos lotes e conseqüente fixação das famílias dependem, além das políticas públicas já mencionadas, de estratégias de fortalecimento às associações existentes no assentamento, principalmente de uma reestruturação na associação de moradores e do restabelecimento da confiança na mesma, com a participação dos assentados, colaborando e exigindo o cumprimento do papel da diretoria. A associação atuante pode trazer capacitações, informações e auxílio no acesso aos programas sociais, organização por meio de cooperação na produção e comercialização dos produtos do assentamento e ainda cobrar mais rigor do poder público em relação às questões de saúde, transporte, infraestrutura, assistência técnica e regularização dos lotes pelo INCRA. Dessa forma, acredita-se que melhoraria a eficiência produtiva da propriedade e a qualidade de vida no assentamento, essenciais para a fixação das famílias e o desenvolvimento do assentamento.

Por fim, sugere-se uma maior presença do Estado no assentamento, principalmente do INCRA, a fim de resolver a problemática da titularidade dos lotes e da AGRAER, contribuindo com assistência técnica e informações sobre a inserção nos Programas governamentais de produção e comercialização aos assentados. Também se faz necessária, a presença da Prefeitura Municipal, a fim de dar condições mínimas de infraestrutura para locomoção segura no assentamento e ainda, melhoria do transporte da população.

Sugere-se ainda, maior participação dos assentados na associação, cobrando uma efetiva atuação da diretoria e principalmente do Presidente no assentamento, bem como, a diversificação da produção dentro nos lotes, tanto em cultivos como em criações.

SANGALLI, Adriana Rita; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Challenges of family farming: deficiencies and development potential in Rural Settlement Lagoa Grande in Dourados, Mato Grosso do Sul State. *ORG & DEMO* (Marília), v. 14, n.2, p. 7-28, Jul./Dez., 2013.

**ABSTRACT:** The creation of strategies to stay in properties of rural settlements, on land unproductive, far from urban centers, where there is lacking basic infrastructure services, has been a major challenge for family farmers across the country and especially in Mato Grosso do Sul State. From this perspective, this study intends to analyze the demographic and socioeconomic setting of rural Lagoa Grande settlement, located in Dourados-MS City, in order to identify driving factors for its development. The methodology consisted of a field research, with the completion of data collection through the use of questionnaires to residents, having visited all the properties of the settlement. The results indicate some negative factors in the Lagoa Grande settlement. However, we highlight the driving factors as the level of satisfaction with life in the settlement, the experience of the settlers with farming activities and livestock population and its major if young students, that if encouraged through appropriate public policies, may be crucial for the survival and development of the properties of the settlement.

**KEYWORDS:** rural development; public policies; land reform.

## REFERÊNCIAS

- ANANIAS, P. O desafio de fazer as pazes com a terra. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura e Abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: Conab, 2009.
- BAMBIL, A. L.; VILPOUX, O. F. Influence of modern technology on small family-owned farms in the Brazilian savannah region: a case study of a settlement in Mato Grosso do Sul State. **Journal of Development and Agricultural Economics**, v. 3, p. 498-503, 2011.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. Coleção Primeiros Passos.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. **Dossiê Questão Agrária**. Estudos Avançados: São Paulo, v.11, n. 31, set./dec. 1997.
- BITTENCOURT, A. G. *et al.* Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: GUANZIROLI, C. (coord.). **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO**. Brasília, agosto. 1998. Disponível em: < [http://www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=67](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67)>. Acesso em: 7 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação básica. **Programa nacional de alimentação escolar – PNAE**. Brasília. 2012a. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segurança alimentar. **Programa aquisição de alimentos – PAA**. Brasília. 2012b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em: 22 dez. 2012.
- CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.
- CASTRO, K. N. C. *et al.* **Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS**. EMBRAPA Agropecuária Oeste. Documentos 106. Dourados: EMBRAPA, 2010. 44p.

- COELHO, E. F. *et al.* **Sistemas de irrigação para a agricultura familiar**. Cruz das Almas: Embrapa. 2012. (Embrapa Cruz das Almas, Circular Técnica 106).
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Produtos e Serviços. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- CREVELIN, S. A.; SCALCO, A. R. Projeto Agricultura familiar gado de leite: melhorias ocorridas em uma propriedade familiar no município de Tupã”. In: CONGRESSO DA SOBER: CONHECIMENTOS PARA A AGRICULTURA DO FUTURO. **45 Anais...**Londrina, PR, 2007.
- DANIEL, O. *et al.* Avaliação do uso da terra por meio de imagens Ikonos: o caso do Assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, MS . In.: Resumos do 2º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul - Sociedade e Natureza. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 3, suplemento 14 (especial), 2008.
- FUSCALDI, K. C. Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Sociedade e Desenvolvimento Rural online**, v.4, n. 1. Jun./ 2010. Disponível em: <[www.inagrodf.com.br/revista](http://www.inagrodf.com.br/revista)>. Acesso em 05 ago.2012.
- GUILHOTO, J. J. *et al.* Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul. **Estudos NEAD 9**. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- HENDGES, A. S. Agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Eco Debate**. 30 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/08/30/agricultura-familiar-e-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>> Acesso em: 07 jul. 2012.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**. Grandes regiões e unidades de federação. Brasília: MDA, 2010. 108 p.
- INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA **Portaria nº 52** de 06 de novembro de 1997. Cópia do Documento. Serviço Público Federal, Dourados, MS, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT–SIPRA. **Implantação de Projetos. Área incorporada ao programa de reforma agrária**. Brasília. março, 2012. Disponível em: < <http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. **Desenvolvimento Rural**. Brasília: Ipea, n. 19, cap. 7, 2011.
- LAMAS, F. M. *et al.* **Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2000. 32 p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 18).
- LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150 p.
- LEITE, S. P. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. **Boletim de Ciências Econômicas**, Coimbra, v. XLX, p.3-38, 2007. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em: 18 jun. 2011.
- LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 42, n. 1, jan./mar., 2011. 219 p.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrários**. Buenos Aires, n. 34, 1º sem., 2011.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Federação da agricultura e pecuária de Mato Grosso do Sul-FAMASUL. **Agropecuária no Mato Grosso do Sul**. Unidade técnica econômica. Agosto, 2009. Disponível em: <[www.famasul.com.br](http://www.famasul.com.br)>. Acesso em: 01 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. Representação da FAO no Brasil. O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar. **FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento**. Brasília, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em 01 fev. 2013.

SANTOS, A. N. **Assentamento rural e agricultura: os acertos, impasses e perspectivas no P. A. Corona, Ponta Porá (MS)**. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas: Unicamp - IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1). 151 p.

SILVA, R. P. Modo de produção - assentamentos rurais. **Reforma agrária em debate**. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2009.313 p.

SOUZA, P. M. *et al.* Agricultura familiar *versus* agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 42, n. 1, jan./mar., 2011. 219 p.

TARSITANO, M. A. A. *et al.* Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré (SP). In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Orgs.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 167-186.

VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, Fábio. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). **Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 1**. Brasília: IPEA, 2011. 283 p.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. In: Vilpoux, O. F. (Org.). **Sustentabilidade na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2011. 289p.

---

Encaminhado em: 06/11/2013

Requeridas alterações

Aprovado em: 05/12/2013